

**Colaboração a cargo da**

# **DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS INDUSTRIAIS**

## **Nota de abertura**

### **Política de desenvolvimento Industrial**

CDU 338.92 (469)

FERREIRA DO AMARAL

Director-Geral dos Serviços Industriais

Aceitemos por definição de desenvolvimento industrial, o progresso significativo do valor acrescentado no «produto nacional» da actividade secundária.

Este processo de crescimento é, evidentemente, função de muitos factores de circunstância que, no espaço e no tempo, caracterizam (no económico, no social e no político) um *ambiente*.

Se nos lembrarmos do passado recente, reconhecemos que o desenvolvimento industrial se processou em quase todos os territórios da Terra, em *ambiente*, de economia protegida.

Estamos hoje, sem dúvida, em zona de transição, com evidentes sintomas de substituição irreversível desse *ambiente*. Mas, se pensarmos como se impõe, em perspectiva do futuro, não parece que seja fácil caracterizar factores prováveis de conjuntura que venham a determinar a reposição de soluções proteccionistas como motoras primaciais do progresso na actividade secundária.

As políticas de desenvolvimento industrial terão, portanto, de fundamentar-se, hoje, em *ambiente* de economia de mercado, gradual e progressivamente estendido a espaços económicos integrados, necessariamente transbordantes dos territórios nacionais.

A criação de novas indústrias ou a ampliação de estruturas fabris não são sempre condições necessárias de crescimento do «produto» e raras vezes são, para o efeito, suficientes.

A melhor e mais racional utilização das estruturas existentes é, por outro lado, factor prioritário que influencia — com mais certezas — o desenvolvimento industrial.

Com efeito: Olhando, na generalidade, em torno de todas as classes de actividades que formam o sector da indústria transformadora, no que respeita ao caso português, temos por certo de que a sua extensão para novos fabricos ou a criação de novas estruturas, exigem como condição de base o alargamento significativo dos mercados de consumo em nível que ultrapassa quase sempre a medida do mercado interno.

Na generalidade da indústria nacional transformadora, a elasticidade da capacidade estrutural de *produzir*, em relação ao consumo interno, permite crescimentos rotineiros do «produto» — que não são dependentes de impulsos notáveis nas curvas representativas de investimentos em novas estruturas ou reestruturações industriais.

Por um lado, o alargamento do mercado para além fronteira exige *dimensão* industrial e comercial adequadas; a deficiência do mercado interno, todavia, é factor predominante de acção fortemente negativa, na formação desse dimensionamento desejável e necessário.

Foca-se, assim, um *equilíbrio* de forças internas que traduz ambiente de estabilidade que não inclui, porém, os crescimentos de rotina.

O desenvolvimento industrial determina como «princípio» de base, a necessidade de uma dinâmica de processo capaz de romper aquele equilíbrio (que não ultrapassa as possibilidades de crescimento rotineiro) o qual, o interesse da economia nacional exige não venha a classificar-se de *beco sem saída*.

É evidente que estas regras não são de aplicar a modalidades transformadoras cuja actividade, por sua natureza, está agarrada — em grande medida — aos territórios onde se desenvolvem o seu mercado de consumo ou a sua fonte principal de matéria-prima.

Será esse o caso das conservas, das moagens, das bebidas, das metalurgias, dos aglomerados, das resinas, das oleaginosas, etc., etc.

Aplica-se, porém, a grande parcela do sector secundário produtor de alguns bens de consumo e à quase generalidade dos bens de equipamento, cuja oferta pode transpor todas as fronteiras, sem limitações causadas pela natureza peculiar da transformação industrial exercida.

Justifica-se plenamente que o tema seja focado neste local, porque, se repararmos nas modalidades abrangidas pela classe 37 da nossa Classificação das Actividades Económicas, observaremos que as indústrias de construção de máquinas, aparelhos, utensílios e outro material eléctrico são das que mais significativamente sofrem do equilíbrio negativo do tal beco atrás referido, para o qual se impõe a necessidade de dinamizar uma saída.

Nesta classe do sector da transformação industrial, observadas as circunstâncias que respeitam à medida do mercado interno de consumo e consideradas as estruturas existentes, ousamos afirmar que as fábricas existentes sobram «de mais» para satisfazer com largueza o crescimento em quantidade de procura interna e que, olhada a viabilidade industrial a esta óptica de mercado restrito, não é possível alargar significativamente a actividade sectorial a novos fabricos para além dos que, na conjuntura, se processam hoje.

Em relação exclusivamente à procura interna, o que é viável estruturar-se, está feito; talvez ultrapassado. A teoria do nosso desenvolvimento impõe-nos, porém, a necessidade de maior «dimensão» do binómio empresa-estabelecimento e o correlativo alargamento do mercado ao seu dispor.

O fenómeno tornar-se-á progressivamente mais vivo com o andamento gradual das integrações económicas entre Estados, porque a competição de empresas de grande dimensão, no exiguo mercado interno, dá sinal de perspectivas negativas à expansão do «produto» das actividades nacionais.

«Dimensão» é símbolo de muitos factores que caracterizam a empresa, entre os quais destacaremos (por serem os de maior relevo relativo) os seguintes três grandes padrões da capacidade empresarial; a de vender, a de produzir, a de investir. Repetimos: A expansão industrial de que necessitamos, exige, em economia de mercado, dimensão industrial competitiva.

Sobre estas premissas terá de assentar qualquer política de desenvolvimento industrial.

A participação no abastecimento das grandes redes comerciais do Mundo é acessível à nossa actividade industrial, no ramo do material eléctrico, através da colaboração

associada às grandes empresas mundiais — centros dominantes dos mercados da Terra.

Trabalho operacional e apoio técnico complementar (em transformações parciais ou produções de acessórios ou componentes) são contribuição útil que destaca a opção sectorial no caminho da sua expansão.

Assim se pode vir a rasgar o tal equilíbrio negativo de rotina que se definiu atrás.

Por aí se pode caminhar. O «produto» crescerá, para além do crescimento de rotina, ligado ao incremento habitual da procura interna. Assim, uma política de desenvolvimento. Não se julgue, todavia, extremamente fácil, segui-la.

Para começar, a eficácia de tal rumo de desenvolvimento exige, sem qualquer desvio teórico ou prático, a consumação e permanência dos seguintes três factores de conjuntura:

- A ordem e a legalidade, nos factos e nas ideias
- A estabilidade monetária e a clara solidez das finanças públicas
- Infra-estruturas sociais e económicas adequadas e exigidas pelas grandes expansões de produção.

Desde há quarenta anos, tem-se trabalhado neste País, sem qualquer desvio, pela consolidação desses factores de base, para qualquer política sã de desenvolvimento económico.

A tarefa não é fácil. Se olharmos ao redor, entre todos os cem países, como nós, em vias de desenvolvimento, não sabemos de algum que se possa vangloriar de atingir, nesse campo, resultados que nos ultrapassem.

Na generalidade da concorrência entre todos, a conjuntura nacional apresenta-se fundamentalmente, naqueles três importantíssimos aspectos, como vitoriosamente competitiva no que respeita a condicionalismo de base, que torna aliantes os nossos territórios para a realização de trabalho industrial (em especial no ramo do material eléctrico) cooperante com as grandes redes de produção mundial.

Muitos exemplos confirmam o conceito.

Para além, todavia, daqueles aspectos que dominam o ambiente desejável, a nossa política de desenvolvimento industrial — no rumo que se descreveu — tende para promoção circunstancial que torna fácil os entendimentos empresariais, em ordem a coordenação de produções ou a viabilidade aliciante para iniciativas estrangeiras que nos encontrem, como meio conveniente a empreendimentos de complementariedade produtiva.

O nosso entendimento leva-nos para aí, no interesse (que é mútuo) de produzir muito mais, porque estamos aptos a produzir melhor.

A política de desenvolvimento industrial desenrola-se assim. Os resultados já obtidos demonstram que o beco já falado, pode ter saída... ■

## As previsões do investimento e o seu significado

CDU 338.9

FERNANDO SERRA CAPTIVO

Engenheiro Electrotécnico (U. P.)

Toda a empresa que se constitui ou que pretende ampliar ou modificar as suas instalações, tem que elaborar um plano que se estende por vários períodos e onde se confrontam: a corrente de gastos, originada pela aquisição de factores produtivos e a corrente de rendimentos obtida pela venda dos produtos fabricados.

Na corrente de gastos ocupam, naturalmente, lugar de relevo os investimentos em equipamentos e instalações, bem como os investimentos de renovação e substituição a efectuar de acordo com o plano de depreciação estudado para a duração prevista do empreendimento. Estes investimentos constituem a formação bruta de capital fixo.

Sendo o investimento o factor mais instável do lado da despesa do mapa do produto nacional bruto podendo flutuar largamente, desde níveis muito elevados até níveis muito baixos, com certa propriedade se poderá afirmar que é o factor acerca de cujo comportamento podemos falar com a mínima confiança.

Estamos, portanto, em presença dum factor extremamente influente, não só por causa da sua instabilidade mas também porque se trata dum importante meio através do qual se processa o crescimento económico.

Quando uma empresa toma a decisão de adquirir bens de capital, toma em consideração vários factores que, por sua vez, virão a influenciar a oportunidade de receber uma remuneração razoável sobre o investimento a realizar. Estes factores incluem:

- a procura futura dos produtos da empresa
- a sua capacidade corrente
- a capacidade do conjunto da indústria
- a posição da empresa no mercado
- a oferta de fundos internos (fluxo de caixa)
- a disponibilidade e o custo dos fundos externos (crédito)
- o possível impacto dos novos produtos ou das novas técnicas produtivas.

Não é só o nível corrente de capacidade (e a sua taxa de utilização) da empresa que é importante; também o são as características tecnológicas do empreendimento e o período previsto para a sua amortização pelo que outros factores terão que ser considerados, tais como:

- as expectativas de lucros esperados
- as remunerações de outros investimentos possíveis
- o grau de concorrência presente e futura
- as taxas de salários e
- as políticas fiscais e financeiras.

A maioria dos factores referidos que influenciam a decisão de investir da empresa, aplicam-se ao nível global de investimento. Procura global, capacidade, fluxo de caixa, empréstimos, tecnologia e inovações, evolução das taxas salariais, política financeira e condições de concorrência, todos têm um significado e influência especial.

Sendo hoje ponto assente que apenas uma política de desenvolvimento económico, fundamentada num plano, terá possibilidades de êxito para vencer as múltiplas dificuldades que se deparam aos países em vias de desenvolvimento, é evidente que se torna possível, não obstante as considerações feitas anteriormente, estabelecer com base na experiência adquirida num passado recente e nos projectos previstos pelos empresários, uma estimativa dos capitais a afectar ao financiamento dos empreendimentos a realizar, muito embora os números obtidos devam ser interpretados com as necessárias reservas e estejam sujeitos aos convenientes ajustamentos que a evolução da conjuntura vier a aconselhar.

Em relação às actividades incluídas na designação de máquinas, aparelhos e outro material eléctrico, para o período 1968-73, essas estimativas consistiram em estabelecer as previsões dos activos dos balanços, nos anos considerados, decompostos nas suas parcelas essenciais — capitais fixos e circulantes.

A única hipótese que foi possível estabelecer, consistiu em supor que as proporções destes capitais se mantinham em relação à produção o que implica o pressuposto de que não haveria economia relativa de capitais, nem por melhor utilização dos imobilizados nem dos capitais circulantes.

Considerando a decomposição média, relativa ao triénio 1963-65, dos valores activos em percentagem dos da produção e incluindo 2% para disponibilidades, os capitais investidos, totais, teriam a seguinte decomposição:

Imobilizado líquido .....	35 %
Activo realizável .....	80 %
	<hr/>
	115 %

Através de estudos recentemente realizados constatou-se que, o capital neste ramo de actividade, se encontra distribuído na proporção de 40% para capital fixo e 60% para capital circulante.

Como base nos números indicados, o quadro que a seguir se apresenta contém os valores previstos (a preços de 1965) dos novos capitais a investir, em cada um dos anos considerados, incluindo-se nesta estimativa um projecto de grande envergadura, a realizar pela Standard Eléctrica:

ANOS	1000 contos			
	Produção suplementar	Capitais fixos	Capitais circulantes	Capitais totais
1968	700	276	414	690
1969	510	160	240	400
1970	460	170	225	425
1971	430	178	267	445
1972	600	224	336	560
1973	700	232	348	580

Relativamente à origem dos capitais e dada a falta de elementos de base que permitissem estabelecer a proporção em que as fontes de financiamento deveriam participar nos investimentos, admitiu-se que obedeceriam à seguinte decomposição:

Fundos próprios .....	50 %
Empréstimos a longo prazo .....	25 %
Empréstimos a curto prazo .....	25 %

Daqui resultam os seguintes números, expressos em milhares de contos.

ANOS	Fundos próprios	Empréstimos	
		Longo prazo	Curto prazo
1968	345	172,5	172,5
1969	200	100,0	100,0
1970	212	106,5	106,5
1971	222	111,5	111,5
1972	280	140,0	140,0
1973	290	145,0	145,0

Embora os números apresentados constituam uma avaliação baseada em dados pouco rigorosos, tem pelo menos a virtude de mostrar uma provável evolução que permitirá orientar a Administração no sentido de adoptar a política adequada, de forma a quebrar o círculo vicioso que sempre se forma em torno de economias menos evoluídas e que terá de ser combatido através da criação de condições favoráveis a uma intensificação do investimento ■

ELEMENTOS ESTATÍSTICOS DA ENERGIA ELÉCTRICA PRODUZIDA E CONSUMIDA NAS OBRAS DE FOMENTO HIDROAGRÍCOLA  
 PRODUÇÕES E CONSUMOS DE ENERGIA ELÉCTRICA NAS OBRAS DE FOMENTO HIDROAGRÍCOLA  
 SALDOS VERIFICADOS EM 1967 NO CONJUNTO DAS OBRAS (kWh)

CDU 339.4.626.8.621.311

ANO	Meses	Produções										Consumos										Saldos	
		Idanha	Vale do Sado	Campi-Ihas	Silves	Vale do Sorraia	Alvor	Totais	Idanha	Vale do Sado	Campi-Ihas	Silves	Vale do Sorraia	Alvor	Rio Lis	Alvega	Cela	Totais	Para mais	Para menos			
1967	Janeiro	—	—	—	3 250	166 035	—	169 285	783	5 638	5 293	7 300	28 477	290	5 260	—	—	—	53 041	116 244	—		
	Fevereiro	—	—	—	—	2 137 144	—	2 137 144	774	4 083	5 643	6 950	24 246	4 006	10 492	—	—	—	56 194	2 080 950	—		
	Março	—	155 600	—	8 700	4 269 824	—	4 426 124	9 294	4 730	8 714	8 050	58 578	2 463	5 415	—	—	—	97 244	4 328 880	—		
	Abril	170 000	141 850	—	1 250	2 935 120	25 520	3 273 740	51 489	2 801	22 282	36 200	184 907	2 000	3 012	3 540	—	—	306 231	2 967 509	—		
	Mai	257 800	843 290	—	1 350	2 871 958	24 280	3 996 678	94 586	2 648	22 969	52 100	207 402	2 400	4 460	1 800	—	—	388 365	3 610 313	—		
	Junho	392 200	1 183 454	—	1 950	2 635 973	51 590	4 265 167	135 176	3 518	22 252	49 700	244 194	2 051	5 934	33 060	2 680	496 575	3 766 592	—			
	Julho	655 700	1 272 240	—	850	2 430 233	68 710	4 427 733	259 244	2 621	26 298	89 000	262 620	1 791	16 831	66 140	2 730	729 275	3 698 458	—			
	Agosto	578 200	925 410	—	800	2 025 217	63 520	3 593 147	248 555	2 917	26 433	97 300	288 052	1 785	23 689	56 640	3 760	751 111	2 642 036	—			
	Setembro	324 900	165 060	—	950	826 273	32 900	1 350 083	144 469	2 846	15 477	68 950	117 743	1 907	18 158	23 940	2 190	395 680	954 403	—			
	Outubro	232 100	—	—	350	—	14 130	246 580	39 508	3 563	3 893	28 050	38 393	2 329	4 284	8 250	3 390	131 650	114 930	—			
	Novembro	60 100	—	—	16 150	—	50	76 300	3 938	5 014	5 380	7 250	24 270	3 977	2 157	—	5 600	57 566	18 714	—			
	Dezembro	1 500	—	—	20 450	16 308	30	38 288	4 872	5 312	5 153	7 050	25 789	2 563	2 484	—	4 850	58 073	—	19 785			
	Totais	2 672 500	4 686 904	—	48 050	20 314 085	280 730	28 002 269	992 688	45 691	173 787	457 900	1 504 661	27 562	102 156	193 370	25 210	3 523 025	24 499 029	19 785			